

FONOAUDILOGIA E EDUCAÇÃO: FORMULAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DA QUEIXA DOS CHAMADOS DISTÚRBIOS DE LEITURA E ESCRITA

BERBERIAN, A.P.; BORTOLOZZI, K.B.; GUARINELLO, A.C.;
VIEIRA, S.K.; OLIVEIRA, T.M.; TONOCCHI, R.;
LIMA FILHO, J.B.P.; MENEGHETTI, T.C.

Universidade Tuiuti do Paraná, Paraná

INTRODUÇÃO

Podemos acompanhar uma situação paradoxal relacionada aos efeitos negativos que abordagens encaminhas por profissionais da saúde e da educação tem, historicamente, gerado em pessoas consideradas portadoras de supostos distúrbios de leitura e escrita. Práticas implementadas nos contextos clínico e educacional, ao invés de emancipatórias, tem gerado sofrimento a crianças diagnosticadas como portadoras de supostos distúrbios de leitura e escrita, bem como, a seus pais e/ou responsáveis. Tal fato deve-se ao predomínio de abordagens patologizantes-medicalizantes a partir das quais os processos de apropriação e de uso da linguagem escrita são tratados, de forma reducionista, como decorrentes de condições individuais e inerentes aos sujeitos.

OBJETIVO

Analisar as visões de crianças consideradas portadoras de distúrbios de leitura e escrita e de seus familiares, acerca de suas condições de leitura e escrita, bem como, dos referidos distúrbios.

MÉTODO

Trata-se de estudo qualitativo que, a partir da orientação teórico-metodológica sócio-histórica, realiza análise dialógica do discurso. Fizeram parte da pesquisa 4 crianças inseridas no Ensino Fundamental que estavam em processo clínico fonoaudiológico encaminhas com queixas de distúrbios de leitura e escrita, bem como, suas respectivas mães. Foram analisadas seqüências discursivas que, produzidas no contexto terapêutico fonoaudiológico, foram representativas das visões predominantes apresentadas pelos participantes. Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de ética sob o número 2182792.

RESULTADOS

As posições, predominantemente, assumidas nos discursos apontam para três eixos temáticos:

1. Condições restritas de leitura e escrita determinadas por problemas inerentes aos sujeitos de natureza moral, comportamental, psíquica e orgânica;
2. A concepção da escrita como um código que representa a fala e seu processo de apropriação centrado em habilidades/atividades de codificação e decodificação;
3. A aderência às queixas e aos diagnósticos formulados nos contextos da saúde e educação.

CONCLUSÃO

Conhecimentos e procedimentos utilizados para a formulação da queixa e do diagnóstico dos supostos distúrbios de leitura e escrita, centrados numa perspectiva medicalizante, imprimem sofrimentos de diversas naturezas nos sujeitos envolvidos e os destituem de uma posição de autoria nas relações sociais estabelecidas e mediadas por essa modalidade de linguagem. A possibilidade de ressignificar posições medicalizantes, assumidas hegemônica e discursivamente por crianças e seus familiares, emerge na explicitação e crítica de suas contradições e, portanto, do embate travado, nas redes dialógicas. Tal posição, fundamentada a partir de uma perspectiva social e histórica, oferece elementos para o implemento de abordagens fonoaudiológicas que priorizam as relações dialógicas como matéria prima dos processos de objetivação e de subjetivação da consciência humana.

REFERÊNCIAS

BERBERIAN, A.P.; MASSI, G.A. Pais, filhos e letramento: ressignificação de histórias de leitura e escrita no contexto da fonoaudiologia. In: BERBERIAN, A. P.; MORI- de ANGELIS, C.C.; MASSI, G. A. (Orgs.). *Letramento: Referências em saúde e educação*. São Paulo: Plexus, 2006. p. 33-65.